

A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO SUPERIOR EM TURISMO E O PLANEJAMENTO TURÍSTICO – O CASO PORTUGUÊS*

Carlos Costa¹
Jorge Umbelino²
Ericka Amorim³

Recebido em 16/09/2011
Aprovado em 23/05/2012

¹ Coordenador do doutoramento em Turismo, Universidade de Aveiro (UA). Email: ccosta@ua.pt

² Professor do E-Geo – *Research Centre for Geography and Regional Planning*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. jorge.umbelino@fcs.unl.pt

³ Doutoranda em Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa (UNL), E-Geo – *Research Centre for Geography and Regional Planning*, bolsista FCT. ericka.amorim@netcabo.pt

* Artigo no idioma português de Portugal.

RESUMO

A competitividade e sustentabilidade dos destinos turísticos dependem da eficácia da gestão e planeamento que, por sua vez, dependem da formação dos profissionais que desempenham estas funções. Este artigo tem como objectivo relacionar a formação superior em turismo e o planeamento turístico em Portugal. Foram analisados os planos de curso de todos os cursos de turismo, em Portugal, voltados para a gestão e planeamento turístico. Esta investigação é parte da tese de doutorado que tem como objectivo relacionar a formação superior em turismo e a efectivação do planeamento nos destinos turísticos.

PALAVRAS-CHAVE

Planeamento. Educação. Turismo.

1. INTRODUÇÃO

O sucesso dos destinos turísticos nas questões de sustentabilidade e a competitividade depende do eficaz desempenho dos profissionais responsáveis pela gestão e planeamento do turismo. Por sua vez, para que estes profissionais exerçam suas atividades de forma adequada, precisam reunir um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências que podem ser adquiridas através da formação formal ou através das experiências pessoais.

O objetivo deste artigo é contextualizar a formação superior em turismo, abordando, posteriormente, aspectos relacionados especificamente a formação superior em turismo dos profissionais de gestão e planeamento turístico, em Portugal. Para tanto, foram analisados os planos de curso de todos os cursos superiores em turismo, com ênfase em gestão e planeamento.

Este artigo é parte da tese de doutorado e que tem como objetivo geral relacionar a formação superior em turismo em Portugal e a efetivação do planejamento nos municípios turísticos portugueses.

2. EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TURISMO

Assim como em outras áreas, o profissional de turismo deve reunir um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências específicos para que seja possível um adequado desempenho das suas funções, no caso da presente artigo, as funções de planejamento turístico. Em relação à esta área, os profissionais com formação superior em turismo, teoricamente, reúnem competências técnicas, cognitivas, sociais e relacionais que traduzem o perfil adequado ao desempenho de funções técnicas no planejamento e desenvolvimento do turismo (IQF, 2005). Entretanto, é importante refletir e compreender o contexto do ensino superior em turismo.

Toda complexidade associada aos propósitos e à estrutura da educação e formação, acresce à área de turismo, o fato de ser uma área de estudo relativamente recente. Apesar da reconhecida importância dos aspectos formativos ligados ao desenvolvimento pessoal e da necessidade do seu equilíbrio com os aspectos técnicos ao nível da formação superior, não pretende-se, portanto, um posicionamento nesta área. Entretanto, a literatura e o mercado de trabalho reconhecem competências fundamentais para o exercício da profissão.

As características de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade tem marcado fortemente a forma como os cursos de turismo são estruturados, os tipos de pesquisa, as características dos professores, a saída profissional, entre outros. O rápido crescimento da oferta de cursos de turismo despertou o interesse acadêmico nesta área. Acadêmicos de diferentes disciplinas aplicaram os seus conhecimentos e metodologias determinando a característica da multidisciplinaridade do turismo. Além disso, a própria constituição da atividade turística estimula que acadêmicos recorram a mais de uma disciplina no campo científico do turismo, o que determina também a sua condição de interdisciplinaridade (Airey, 2008 in Airey e Tribe, 2008: 43).

Airey (2008:44) defende que a oferta de cursos de turismo é essencialmente profissionalizante e orientada para as empresas, fato que justifica a grande procura dos estudantes por estes cursos. No entanto, o autor evidencia que tanto a excessiva ligação à prática profissionalizante, o que não irá fornecer além do que uma reflexão acerca do mundo do trabalho, quanto um grande distanciamento do setor de turismo, constituem posições negativas para a educação do turismo e aposta que a contribuição real estará em algum ponto entre estes dois extremos (Airey, 2008: 44). Airey e Tribe (2008: 58 citando Bums, 1992) destacam as orientações

da educação em turismo voltadas para a necessidade e para o mercado. A proposta de orientação voltada para a necessidade visa desenvolver o currículo e turismo num contexto social, cultural e econômico do destino turístico no qual está inserido, levando em conta, também, as necessidades dos estudantes bem como da indústria do turismo. Compartilhando desta posição e atentos aos efeitos da globalização, Lewis e Tribe (citado por Airey e Tribe, 2008: 58) defendem a necessidade do currículo da educação em turismo refletir “singularidade, cultura e história”, ou seja, esteja relacionado com a realidade local.

Entretanto, a dificuldade de entendimento entre os cursos de turismo e as empresas é evidenciada pelo desajuste no mercado de trabalho. Muitos profissionais com formação fora da área de turismo são recrutados e treinados nas habilidades específicas que não foram desenvolvidas nos seus programas de estudo. Esta situação permite que Cooper e Westlake (1998 citado por Molina e Cervera 2008: 61) concluam que os cursos de turismo precisam demonstrar eficiência, flexibilidade e responsabilidade para com os *stakeholders* (Molina e Cervera, 2008: 61).

Mathias (2007: 352) defende que devido às características inerentes ao turismo, de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, o gestor na área de turismo deve ter uma formação, para além da área do turismo, como conhecimentos de economia, política, entre outras. De fato, como já muito discutido na literatura turística, o exercício da atividade profissional nesta área, bem como do gestor na área de turismo exige uma formação para além da prática do turismo em si. No caso desta função específica, o profissional será gestor (e necessitará dos conhecimentos nesta área) em turismo.

Nesta questão também concentram muitas outras variáveis que algumas vezes comprometem a qualidade da oferta de cursos na área de turismo. Um fator que pode ser citado é a diversidade de áreas profissionais dentro da área de turismo, áreas estas que muitas vezes distanciam-se muito em termos de formação e atuação, como por exemplo o planejador em turismo e um profissional que desenvolva atividade na área de *Food and Beverage*. Muitas instituições de ensino optam por oferecer um conjunto base de disciplinas e a partir de uma determinada altura, a opção de disciplinas da área profissional a seguir. Se estruturada de forma adequada, esta é uma forma de oferecer os diferentes propostas dentro da área de turismo, considerando também a viabilidade financeira dos cursos. Contudo, há de se ter em consideração quais os conhecimentos, habilidades e competências devem reunir um profissional da área de turismo e, mais especificamente, um profissional que desenvolve funções na área de gestão e planejamento turístico.

Aliás, antes de confrontar a situação da formação superior nesta área, é pertinente destacar que o IQF (2005, p.119), analisando a necessidade da criação de serviços e produtos turísticos integrados reconhece a necessidade da concepção de uma função no setor de turismo que seja responsável pelo “planeamento, concepção, desenvolvimento e promoção de produtos com interesse turístico, de forma a incrementar, fomentar e promover o turismo da região”, que venha a desenvolver o trabalho de forma articulada com outros profissionais de áreas correlacionadas ao turismo. O IQF considerou, portanto, que a efetivação da gestão e planeamento do turismo ainda possui uma grande lacuna, uma vez que é evidente a necessidade da reflexão e implementação desta profissão.

Para que o desempenho desta função, o IQF (2005: 119) defende que o profissional deve reunir competências como: análise e apreensão dos mercados (identificação das tendências de evolução do mercado turístico nacional e internacional, novas motivações, novas necessidades, inovação no produto, estudo da viabilidade de investimento em novos pacotes turístico); definição e operacionalização de estratégias de marketing e promoção de produtos turísticos com reforço das competências em estratégia, marketing e vendas.

Além disso, o IQF (2005: 119) complementa que, para actividades relativas ao desenvolvimento regional, são necessários, ainda, conhecimentos de economia local, produtos e serviços disponíveis ou a desenvolver, além de marketing, política ambiental e ordenamento de território. Também fundamentais para a concepção de produtos turísticos locais e regionais são os conhecimentos em etnografia, história, cultura, património, ambiente e actividades culturais e artesanais locais, fundamentais para concepção de produtos turísticos locais e regionais.

No que se refere às competências sociais e relacionais, o profissional deve possuir capacidade para desempenhar a função de facilitador dos agentes locais e regionais, dinamizador entre agentes, gestor de parcerias, de comunicação, dos saberes interpessoais, de cooperação e negociação (IQF, 2005: 119).

Em suma, o IQF (2005: 119) define como competências para o desempenho de actividades profissionais no âmbito do planeamento e desenvolvimento turístico: Conhecimentos da actividade turística, suas actividades e tendências de mercado; Conhecimentos dos diversos tipos de Turismo (rural, ambiental, gastronómico, cultural, etc.); Conhecimentos dos diversos produtos turísticos; Conhecimentos da economia local, regional e nacional; Conhecimentos de política ambiental e de ordenamento do território; Conhecimentos de desenvolvimento sustentável; Conhecimentos de marketing territorial; Conhecimentos de marketing turístico; Conhecimentos de etnografia, história, cultura, património, gastronomia e artesanato; Conhecimentos em gestão de projetos e análise da sua viabilidade económica; Conhecimentos de gestão da procura turística; Capacidades de

facilitação, cooperação; Conhecimentos de promoção e divulgação de produtos turísticos; Capacidade de dinamização e gestão de parcerias; Capacidade de negociação; Capacidade de comunicação.

Rezende e Castro (2005: 18-19) definem a figura do gestor como uma função ou um papel e não um cargo ou profissão e afirmam que as habilidades requeridas para a função estão compreendidas em três grandes competências: recursos humanos; serviços, processos ou atividades ou projetos; e recursos diversos como, por exemplo, tecnológico, financeiro, material, de tempo, etc.

Entretanto, no âmbito das funções técnicas, são contempladas três grandes habilidades: técnica, de serviços e humana. As habilidades técnicas podem vir a ser adquiridas na formação técnica do profissional, através de cursos acadêmicos ou similares, estando estas relacionadas com as metodologias técnicas a serem empregues, as ferramentas e recursos tecnológicos. As habilidades de serviços são relacionadas com a experiência profissional adquirida ao longo do desempenho da função englobando funções de administração, de processos, procedimentos, idiomas, etc. Já as habilidades humanas ou relacionais são adquiridas ao longo da vida social e pessoal de cada indivíduo, da educação, cultura, filosofia de vida e com os relacionamentos pessoais e corporativos (Rezende e Castro, 2005: 18-19).

Com base em um estudo apresentado no Reino Unido, em 2000, no qual são definidos os padrões de referência para os cursos de turismo, Tribe (2008: 86 - 87) relaciona as seguintes áreas básicas de estudo: conceitos e características do turismo como área de estudo acadêmico e aplicado; natureza e características dos turistas; estrutura e interações da indústria do turismo; papel do turismo nas comunidades e ambientes afetados. Com base nesta proposta, a comunidade acadêmica, com o aval da Quality Assurance Agency (QAA – Agência de Garantia de Qualidade) para a educação superior, definiu as diretrizes de conteúdo para os cursos de turismo (Airey e Tribe, 2008: 36).

Tribe (2008: 86-87), no entanto, analisa esta abordagem apontando como principal ponto forte o equilíbrio, não sendo demasiado profissionalizante ou científico, além do fato de que “o conhecimento disciplinar, as comunidades, os ambientes e a ética” terem recebido “devido valor”. Como ponto fraco, o autor destaca que a teoria e a metodologia não estão em primeiro plano; a possibilidade da limitação da oferta curricular por parte das instituições de ensino, podendo causar a homogeneização dos cursos. Tribe (2008: 90 – 91) desenvolveu uma proposta curricular na área de turismo que abrange quatro domínios principais: atuação profissional, reflexão profissional, reflexões sobre cultura geral e ações relativas à cultura geral.

Stergiou (2008: 391) considera que Airey e Tribe contribuíram muito no campo curricular do turismo, confirmando a natureza profissionalizante da oferta regida, fundamentalmente, por objetivos empresariais, gerenciais e instrumentais. O autor (2008: 391 - 392) acredita haver sólidos argumentos a favor da educação profissionalizante em turismo, visto que a abordagem profissionalizante atende, ao menos a curto prazo, às necessidades dos empregadores, estudantes e educadores. Por outro lado, o autor reconhece a existência de outros fatores importantes, definindo a educação com cunho profissionalizante como imediatista. Neste contexto, argumenta, ainda que a educação deve ter uma proposta para atender às necessidades futuras, ultrapassando a abordagem da prática profissionalizante rumo a um projecto educacional que estimule a competência profissional (Stergiou, 2008: 393).

De acordo com Tribe (Stergiou, 2008: 393), o profissional filosófico é formado por um currículo para satisfazer ao mercado de trabalho, para responder à vontade do consumidor e para promover o bem-estar económico. Também o é para criar tanto força de trabalho reflexiva, que promove o debate sobre o destino do mundo do turismo, quanto activa, que cria uma sociedade turística profundamente crítica.

A proposta resultante da investigação de Stergiou (2008: 396) permeia numa educação superior em turismo que ultrapasse a proposta de educação para a indústria e emprego imediato ou apegasse simplesmente a fatos e realidades existentes. Assim, a educação em turismo, segundo a sua perspectiva, deve envolver numa aprendizagem “baseada em pesquisa, as actividades apoiadas pelos pares, a utilização criteriosa de estudos de caso, exercícios e projectos em grupo e trabalhos de conclusão de curso”. No entanto, o autor considera um equívoco que, tratando-se da educação em nível superior, os elementos profissionalizantes, ensino de habilidades e desenvolvimento de competências sejam desprezados em detrimento das “exigências individuais e sociais relativas à busca de aprendizado e conhecimento para a efectividade do trabalho” (Stergiou, 2008: 397).

No que toca à educação em turismo, Munar (2007: 72 citando Airey, 2006) acredita que o grande crescimento neste setor deve-se a um conjunto de mudanças estruturais na educação superior, a saber: o contexto do desenvolvimento da educação vocacional; a compreensão da educação como forma de manter uma vantagem competitiva; a tomada de consciência, por parte dos estudantes; do aumento do potencial de empregabilidade consoante o seu nível de estudo; um conjunto de políticas que promoveu a competição entre as instituições de ensino superior; reconhecimento, por parte das instituições de ensino, de que o curso de turismo é um meio fácil de aumentar o número de estudantes quando comparado com outros cursos; além do grande crescimento da atividade turística por todo o mundo.

Salgado (2007:169 citando King, 1994:271) define que “o objectivo do curso superior de turismo é preparar para uma carreira que começa no nível de supervisão e progride até ao de gestão” e que, entretanto, não prepara especificamente para um setor do turismo mas para a função de supervisão e gestão. No quadro 1, são apresentadas as principais funções dos profissionais de turismo, no setor de turismo e os respectivos cargos profissionais ocupados no setor público.

Quadro 1 - Síntese das figuras profissionais

Subsector	Funções	Figuras Profissionais
Sector Público	Administração Turística	Técnico de análise de projetos
	Promoção Turística	Promotor de turismo
	Informação Turística	Recepcionista/ técnico de informação turística

Fonte: Salgado (2007: 197) citando Ferreira (1991: 24-25) (adaptado)

Com a finalidade de adequar o ensino em turismo em Espanha às exigências de Bolonha, em especial a mobilidade e a empregabilidade, a ANECA (2004: 185-205 citado por Salgado, 2007: 223) desenvolveu um documento intitulado de “Título de Grado en Turismo”, no qual articula os conteúdos em blocos de matérias que relacionam-se com a lista de competências necessárias para um graduado em Turismo. As matérias citadas, por ordem de importância, são: direção e gestão de empresas de serviços turísticos (12,87%); fundamentos e dimensões do turismo (14,09); gestão de alojamento e restauração (10,40); distribuição turística e transporte (8,92); recursos e produtos turísticos (14,24%); destinos turísticos (12,97%); línguas estrangeiras aplicadas ao turismo (19%); estágio (7,5%). A partir desta análise, A ANECA (2004: 205 citado por Salgado, 2007: 223) identifica os principais eixos da formação em turismo.

Uma adequada compreensão das diversas atividades que compõe o turismo como um dos principais fenômenos globais é necessário para o planeamento curricular e desenvolvimento de curso.

Se por um lado, Airey (2008: 372) acredita que, apesar das tentativas de diferenciação, os currículos dos cursos de turismo permanecem muito semelhantes. Por outro, Salgado (2007: 298) conclui que os planos curriculares dos cursos são diversificados, mas, normalmente, incluem um conjunto de cadeiras nucleares no domínio da gestão: contabilidade, gestão financeira, gestão comercial, marketing e gestão de recursos humanos, bem como cadeiras específicas da área hoteleira: gastronomia, enologia, gestão de alojamentos, animação turística; legislação do turismo; e

inclui cadeiras de base e/ou complementares, como línguas estrangeiras, informática, matemática, direito ou economia.

Esta abordagem, termina por confirmar que, os cursos de turismo estão inclinados para o aspecto profissionalizante, ficando ainda mais evidente nos cursos que dedicam períodos para colocação profissional na indústria do turismo (Airey, 2008: 372).

No caso de Portugal, o turismo possui significativa importância no sistema de ensino superior, apresentando uma grande diversidade de objetivos e saídas profissionais dos cursos. A organização do sistema de ensino no nível superior em Portugal conta com uma rede de instituições públicas (35) e privadas (94) com um total de 400 mil alunos (DGES, 2011),

A educação superior em Portugal pode ocorrer através do Ensino Politécnico e do Ensino Universitário. No novo contexto educacional, a licenciatura obtida no ensino politécnico deve possuir 180 ECTS e pode avançar para mestrado (90 a 120 ECTS) ou, posteriormente, um doutorado (este grau conferido apenas no ensino universitário). Já através do ensino universitário, a licenciatura possui de 180 a 240 ECTS, podendo evoluir para um mestrado ou mesmo um mestrado integrado e, posteriormente, um doutorado.

A maior parte dos cursos de turismo em Portugal são oferecidos pelos Institutos Politécnicos, através das licenciaturas (1º ciclo). Já nos cursos universitários, existe também uma considerável oferta de cursos de turismo ao nível da licenciatura, com 3 anos de duração e ao nível dos mestrados (2º ciclo), com a possibilidade de vir a cursar os dois ciclos de modo integrado. Neste caso, o primeiro ciclo apresenta uma abordagem mais generalista enquanto no segundo ciclo são apresentados conteúdos e desenvolvidas competências de carácter mais especializado (Salgado, Martins e Gomes (2011: 5).

3. ENQUANDRAMENTO DA FORMAÇÃO EM TURISMO EM PORTUGAL

A organização do sistema de ensino no nível superior em Portugal conta com uma rede de instituições públicas (35) e privadas (94) com um total de 400 mil alunos (DGES, 2011). A crescente oferta dos cursos de turismo pelo mundo e, para esta discussão, mais especificamente em Portugal, surge em resposta à crescente importância da atividade no contexto económico. A crescente qualificação dos recursos humanos em turismo surge, desta forma, principalmente como resposta à crescente necessidade do mercado de trabalho.

Apesar do reconhecimento da necessidade de novos profissionais qualificados no mercado, são muitos os questionamentos acerca da adequada formação destes profissionais no contexto educacional e, no caso desta tese, o contexto educacional português no nível da educação superior em turismo.

Do total de 74 cursos superiores de turismo portugueses (considerando o ensino público e privado, universitário e politécnico) (DGES), foram analisados os cursos que incluíam na saída profissional o desempenho de atividades junto às autarquias (câmaras municipais), atividades de consultoria, gestão ou planejamento do turismo. Os cursos analisados foram 33, o que totaliza 44,6% de toda a oferta formativa do ensino superior e 100% dos cursos com as saídas profissionais acima citadas.

Do total de 33 licenciaturas, 20 são públicas e 13 são privadas. Oito pertencem ao ensino universitário e 25 ao politécnico. Das 13 privadas, três são do ensino universitário, o que representa 23%. No público são cinco cursos universitários, do total de 25, o que significa apenas 20%. Ou seja, a oferta formativa dos cursos de turismo com saída profissional para área de gestão e planejamento do turismo está concentrada no ensino politécnico.

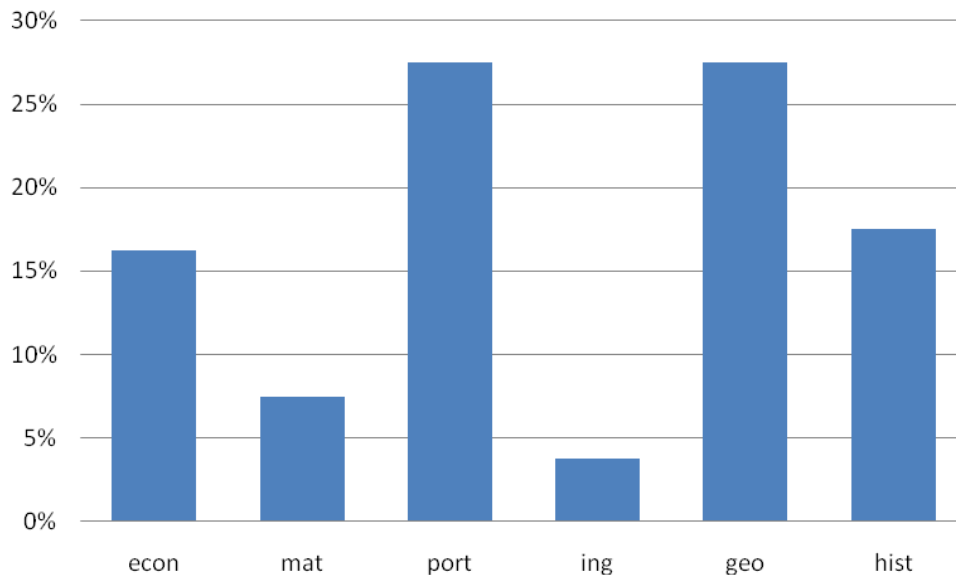
Quanto à localização destes cursos, na região norte foram analisados 12 cursos, 11 na região centro, três na região do Alentejo, na região de Lisboa e Vale do Tejo cinco cursos e na região do Algarve foram identificados dois cursos.

Para a análise dos planos de estudo destes cursos, foram considerados os seguintes grupos de disciplinas: ciências sociais e humanas; ciências econômicas e empresariais; novas tecnologias; idiomas estrangeiros; turismo - outras; turismo – gestão e planejamento; outras.

Nas ciências sociais e humanas foram incluídas disciplinas como: geografia, história, comunicação, sociologia, psicologia. Em ciências econômicas e empresariais, disciplinas como: gestão, economia, recursos humanos, marketing. Nas novas tecnologia foram reunidas disciplinas como matemática e ciência da informação. Em idiomas estrangeiros foram considerados todos os idiomas oferecidos, excepto o “português”. A disciplina “português” foi considerada no contexto da “comunicação” e, portanto, em ciências sociais e humanas. No grupo das disciplinas de “turismo – outras” foram incluídas todas as disciplinas específicas de turismo, mas que não estavam relacionadas à área de gestão e planejamento do turismo. Neste bloco específico de disciplinas foram envolvidas as disciplinas de gestão, planejamento, marketing, consultoria e gestão de projetos. Em “outras” foi incluído disciplinas ligadas à “metodologia científica”, “estágio supervisionado”, disciplinas de acompanhamento de monografia, entre outras que não se enquadravam nas categorias já citadas.

As principais disciplinas de entrada¹ nos cursos analisados são português, geografia, história e economia (Quadro 2)

Quadro 2- Disciplinas de Entrada para os cursos superiores em Turismo ou Gestão em Turismo

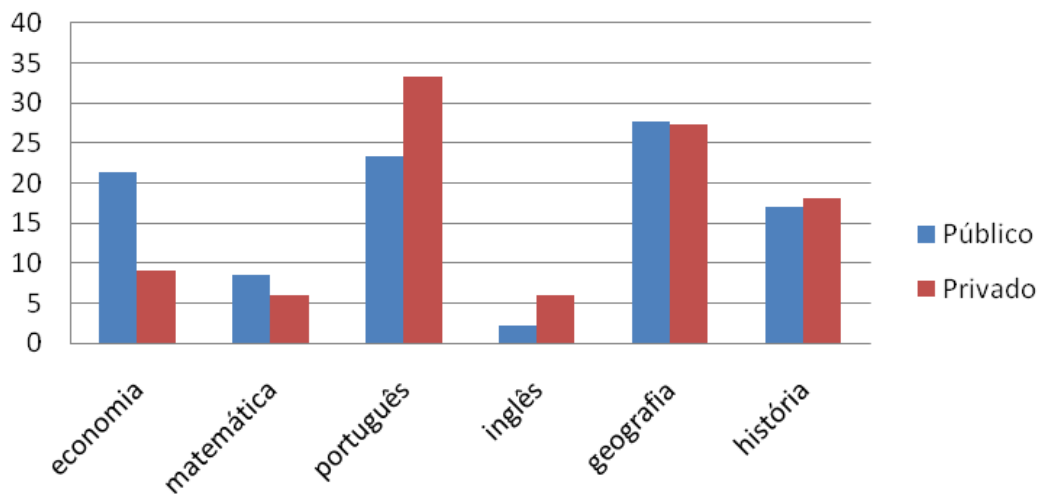


No entanto, foram encontrados dados curiosos quando considerado o sistema público e privado isoladamente. No sistema público de ensino, a disciplina geografia é a mais requisitada, seguida do português, economia e história. No ensino particular a língua portuguesa é, expressivamente, a mais exigida. É seguida de geografia que, apesar de ser a segunda disciplina tem praticamente o mesmo percentual que no ensino público. Na verdade, a força dada à língua portuguesa, no ensino privado, é razão de menor exigência da disciplina economia que, com relação ao ensino público, é uma disciplina que menos da metade dos cursos superiores em turismo e gestão do turismo solicitam como disciplina de entrada (Quadro 3).

Em outras palavras, as disciplinas de entrada mais solicitadas no ensino público, por ordem de importância: geografia, português, economia, história, matemática e inglês. Já no ensino privado são: português, geografia, história, economia, matemática e inglês.

¹ As disciplinas de entrada são as disciplinas cursadas no ensino básico levadas em conta para entrada no sistema de ensino superior.

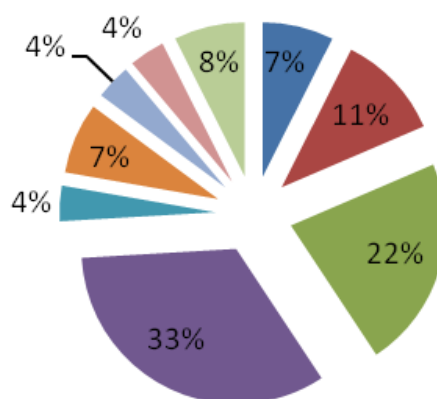
Quadro 3 – Disciplinas de Entrada para os cursos superiores em Turismo e Gestão do Turismo, por sistema de ensino (%)



Por outro lado, considerando a combinação das três disciplinas de entrada, seja no ensino público ou privado: 33% dos cursos consideram o conjunto de disciplinas português/geografia/história como disciplinas de entrada; 22% economia/português/geografia. Estes dois grupos representam as disciplinas de entrada de mais da metade dos cursos analisados (Quadro 4). Estes dados permitem concluir que os cursos possuem uma abordagem mais voltada para as ciências sociais e humanas, nomeadamente para a área de geografia. Por outro lado, a abordagem econômica também possui importância evidente para entrada nestes cursos.

Quadro 4 – Disciplinas de entrada nos cursos superiores de Turismo e Gestão do Turismo (públicos e privados), combinação das disciplinas (%)

■ eco/mat/geo ■ econ/mat/port ■ eco/port/geo ■ port/geo/hist ■ eco/geo/hist
 ■ eco/port/hist ■ ing/geo/hist ■ mat/port/geo ■ port/ingl/geo

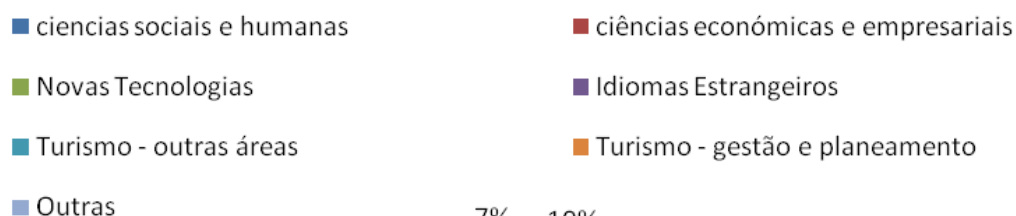


Considerando os planos curriculares da totalidade dos cursos e as áreas disciplinares já apresentadas, no quadro 5, as disciplinas gerais do turismo representam 23% do curso e as disciplinas específicas de gestão e planejamento 18%. No entanto, quando consideradas as outras áreas, os “idiomas estrangeiros” representam 19%, as “ciências econômicas e empresariais” representam 16% das disciplinas dos cursos, as “ciências sociais e humanas” 10% e as “outras” 7% (Quadro 5).

Apesar de nas “disciplinas de entrada” o percentual de disciplinas nas áreas das ciências sociais e humanas ser muito superior (principalmente considerando de forma conjunta) nos planos de curso há uma queda nestes percentuais (representa apenas 10%) enquanto que as ciências econômicas e empresariais assume uma maior importância (16%). Outra perspectiva interessante ocorre se somarmos os percentuais das áreas de “ciências econômicas e empresariais” e “turismo – gestão e planejamento”, o que corresponde a 34% dos planos curriculares analisados (Quadro 5).

No entanto, a surpresa surge na importância dos idiomas dentro dos cursos, sendo o segundo grupo de disciplinas mais contempladas, mas essas mesmas disciplinas não são consideradas tão relevantes na fase de avaliação para ingresso nos cursos (Quadro 5).

Quadro 5 – Áreas que compõem os cursos superiores de Turismo e Gestão do Turismo (Público e Privado/ Universidade e Politécnico) (%)



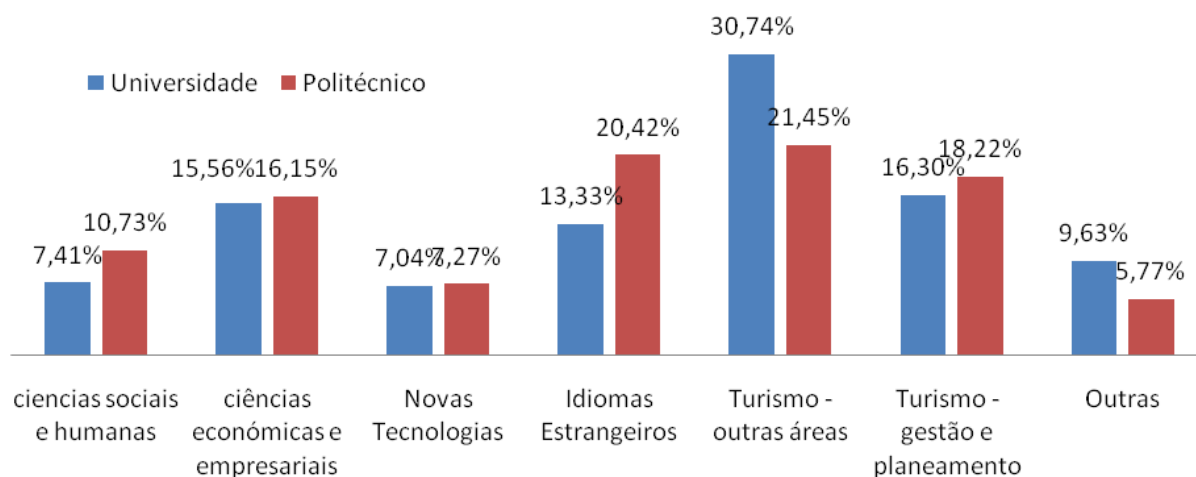
Quando analisadas as propostas de curso nas universidades e nos politécnicos, observa-se que as disciplinas de gestão e planejamento do turismo (18,22%), bem como as disciplinas gerais, de economia e gestão empresarial (16,15%) representam quase 35% da grade curricular dos

politécnicos. Nas universidades, esse percentual é ligeiramente menor, alcançando cerca de 32%. Esse fato comprova o foco destes para a área da gestão.

Por outro lado, os politécnicos terminam por concentrar mais nos idiomas estrangeiros (20,42% nos politécnicos contra 13,33% nos universitários) e nas ciências sociais e humanas (10,73% nos politécnicos contra 7,41% no ensino universitário) (Quadro 6).

Já o ensino universitário concentra o ensino nas disciplinas gerais do turismo (30,74% contra 21,41% nos politécnicos) seguido do “Turismo - gestão e planejamento” que, apesar de ter essa importância dentro do ensino universitário em Turismo e Gestão em Turismo (16,30%) apresenta um percentual menor do que no ensino politécnico (Quadro 6).

Quadro 6 – Disciplinas que compõem os cursos superiores em Turismo e Gestão em Turismo, por sistema de ensino



Por fim, conclui-se que, em Portugal, os cursos de Turismo com saídas profissionais para a gestão pública e/ou áreas que envolvam gestão e planejamento do turismo, possuem um foco de formação na área de gestão e planejamento do turismo e nas ciências econômicas e sociais. Estes dados são positivos uma vez que, apesar de as disciplinas de entrada estarem concentradas na área de “ciências humanas e sociais”, estes mesmos cursos possuem planos de estudos com fortes componentes nas áreas das “ciências econômicas e empresariais”, o que demonstra incoerência com a solicitação de entrada, mas coerência com a proposta profissionais.

5. RELAÇÃO ENTRE O PLANEAMENTO E A FORMAÇÃO EM TURISMO EM PORTUGAL

Atualmente, verifica-se uma tendência de aproximação dos cursos superiores e o mercado. No caso do turismo, essa aproximação tem-se dado de diversas formas e apresentando vantagens tanto do lado acadêmico (docentes, discentes e os próprios cursos) quanto do lado do mercado (empresas, instituições públicas, privadas, turistas e comunidade).

Em Portugal, é possível identificar alguns exemplos desse novo papel social da faculdade. Na Escola Superior de Hotelaria e Turismo, por exemplo, foi criado o Centro de Estudo em Turismo (CESTUR), uma associação com o objetivo de realizar, promover e patrocinar actividades científicas, educativas e culturais na área de turismo que venham a contribuir no domínio técnico-científico do turismo nacional, assim como organização de formações e encontros científicos na área de turismo. Através desta atuação fora dos limites do ensino, a associação pretende agregar valor ao docente e discente da instituição de ensino, além de promover benefícios também para os demais envolvidos (Cestur, 2011).

Outro exemplo é a Idtour, empresa spin-off da Universidade de Aveiro, que através das atividades desenvolvidas principalmente no âmbito da investigação e consultadoria (gestão e planeamento do turismo) procuram fomentar a partilha de conhecimentos entre a sociedade e a universidade (Idtur, 2011).

Estas duas situações, dentre outras mais que é possível enumerar em Portugal e no mundo, demonstram possibilidades de aproximação entre estes dois ambientes até então opostos. De um lado meio acadêmico, baseado na reflexão e nos conhecimentos teóricos e, do outro, o “mundo real”, baseado na experiência, na vivência da realidade. Como em tantas outras situações, o dualismo sai fortalecido com a cooperação mútua e quando a universidade vai ao mercado, beneficia seus alunos e corpo docente com a experiência. Quando o mercado abre as portas para a universidade, beneficia-se do conhecimento e ajuda a proporcionar melhor formação para os futuros profissionais.

Os dois exemplos acima citados desenvolvem atividades relacionadas à gestão e planeamento do turismo, a saber: avaliações de mercado, certificações de destinos, elaboração de relatórios estatísticos e estudos analíticos, entre outras atividades.

Um estudo, desenvolvido pelo investigador brasileiro Carlos Silveira, procurou relacionar a formação superior com o planeamento turístico, com recorte na cidade de Curitiba (Brasil). O autor investigou o contexto dos cursos de turismo, focando nas disciplinas relacionadas com o planeamento do turismo, na tentativa de definir um perfil dos docentes, dos cursos, das

metodologias utilizadas bem como conhecer a importância do profissional de turismo no contexto do planejamento turístico (Silveira, 2007).

Silveira, Gandara e Medaglia (2008) constataam que o planejamento turístico é uma das principais saídas profissionais dos egressos dos cursos de turismo no Brasil. Além de haver mercado profissional nesta área, há uma resposta acadêmica, uma vez que os cursos de turismo brasileiros possuem a cadeira de planejamento, mesmo quando esta não é a opção profissional ou saída profissional do curso. O fato é justificado pela importância da disciplina para compreensão do contexto do turismo.

Outro estudo sobre a temática, intitulado “a municipalização do turismo e a qualificação dos recursos humanos”, desenvolvido na Escola Superior de Turismo e Hotelaria (ESTH), no projecto “Observatório Nacional de Educação em Turismo”, em 2009, produziu uma reflexão interessante no contexto da relação entre a formação dos profissionais de turismo e a prática das funções em gestão e planejamento em turismo em instituições públicas em nível local.

Foram enviados questionários a todas as Câmaras Municipais de Turismo portuguesas e as análises dos dados obtidos interessam à presente investigação uma vez que há convergência nos objetivos específicos de investigação.

Interessa, assim, apresentar os seguintes dados (Salgado *et al.*, 2011: 10-14):

1. Considerando o vínculo contratual com a entidade empregadora, a maior parte dos recursos humanos da área de turismo nas autarquias portuguesas (67,8%) possui um contrato de quadro. Por outro lado, um percentual significativo (21,5%) possui os contratos a termo resolutivos e 4,6% de Estágios Profissionais – Uma vez que a maioria dos funcionários municipais de turismo consta no quadro de efetivos, é possível compreender que há uma preocupação com o turismo ao ponto de manter, ao menos, 1 funcionário desempenhando funções especificamente nesta área em, pelo menos, 2/3 dos municípios respondentes;
2. Com relação à formação acadêmica destes profissionais, ao menos 55,6% possuíam formação superior, dos quais 11% ainda possuía pós-graduação e 3,3% mestrado. Apesar deste número significativo de profissionais com formação superior, é de destacar que, por outro lado, o turismo em muitas autarquias tem funções desempenhadas por profissionais com habilitações ao nível do 12º ano (26,4%);
3. As categorias profissionais correspondem, principalmente, à “Técnico Superior de Turismo”, “Técnico de Turismo”, “Técnico Profissional de Turismo”, “Auxiliar Técnico de Turismo”;

Relacionando as habilitações acadêmicas com as categorias profissionais, 72,4% referiram existir correspondência entre as funções e as habilitações acadêmicas pessoais, enquanto 24,6% afirmaram que não.

Apesar da importância em compreender a relação entre a formação dos profissionais e a função de gestão e planeamento em turismo e, mais especificamente, em Portugal, não há estudos aprofundados que permitam refletir a complexidade desta área e da actuação laboral, o que pode implicar directamente na qualidade do turismo do país.

Os resultados obtidos neste estudo citado correspondem à expectativa em termos de profissionalização e qualificação dos serviços prestados nos municípios. Contudo, é relevante ainda aprofundar algumas questões como, por exemplo, a correlação entre a formação académica e as funções laborais desempenhadas. Pretende-se, portanto, a partir de agora, analisar esta problemática da gestão e planeamento do turismo no contexto local, em Portugal.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cursos de turismo portugueses voltados para as áreas de gestão, marketing e planeamento são fornecidos através do ensino público e no ensino politécnico.

A análise das propostas formativas permite concluir que estes cursos de turismo são coerentes com as propostas de saída profissional, mas incoerentes com relação às disciplinas de entrada. Talvez concentrar mais em disciplinas como economia, que apesar de ter alguma relevância, mas é menos solicitada do que a disciplina história seja uma decisão relevante durante o percurso académico e no próprio desempenho profissional dos egressos.

Por fim, são apresentados alguns estudos que relacionam o planeamento turístico com o ensino superior. No caso brasileiro, o estudo realizado junto às instituições de ensino superior aponta a importância da disciplina que aborda o 'planeamento do turismo' ao ponto de ser obrigatória no plano de estudos, mesmo nos cursos de turismo em que a saída profissional não inclui a área de gestão e planeamento.

No caso português, o estudo realizado junto com as câmaras municipais constata que os profissionais responsáveis pelo turismo, na sua maioria, possuem cursos superiores e estes profissionais afirmam que a sua formação está relacionada com as funções profissionais desempenhadas.

REFERÊNCIAS

Airey, David (2008) Reino Unido in: Airey, D. E J. Tribe (ed) (2008) Educação Internacional em Turismo, Senac, São Paulo, p. 365 – 380.

Cestur (2011) Apresentação da Associação Cestur. Disponível em: <http://cestur.tripod.com/apresentacao.html> [Último acesso 12 de Agosto de 2011].

DGES - Direcção Geral Ensino Superior (2011) *Quadro Nacional de Qualificações para o Ensino Superior*. Disponível em www.dges.mctes.pt/DGES/pt/AssuntosDiversos/FHEQ/ [Último acesso efectuado em 05 de Abril de 2011].

Idtur (2011) Apresentação. Disponível em: <http://www.idtour.pt/v2/pt/> [Último acesso em 12 de Agosto de 2011].

IQF - Instituto para a Qualidade na Formação (2005) *O Turismo em Portugal*, Estudos Sectoriais, IQF.

Mathias, Álvaro (2007) *Economia do Turismo – Teoria e Prática*. Instituto Piaget, Lisboa.

Molina, Ruiz; Cervera, Taulet (2008) *Tourism education: a strategic analysis model*, Journal of Hospitality, Leisure, Sport and Tourism Education 7(2), 59 – 70.

Munar, Ana María (2007) *Is the Bologna Process Globalizing Tourism Education?* Journal of Hospitality, leisure, sport and tourism education, vol. 6, nº 2, p. 68-82.

Rezende, D; Castor, B (2005) *Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas*. Rio de Janeiro: Brasport.

Salgado, M. A. B. (2007) *Educação e Organização Curricular em Turismo no Ensino Superior Português*. Teses de doutoramento. Departamento de Salgado, M.; Martins, J.; Gomes, J. (2011) *A Municipalização do Turismo e a Qualificação dos Recursos Humanos*.

Silveira, C. E. (2007) Planejamento (e organização) do turismo: reflexões sobre a disciplina nos cursos superiores de turismo de Curitiba. Caderno Virtual de Turismo, vol. 7, nº 3, pp. 111-121.

Silveira, C. E.; Gandara, J. M. G.; Medaglia, J. A (2008) A disciplina de Planejamento Turístico no Ensino Superior de Turismo: das influências aos novos desafios. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. v. 2, n. 1, p. 113-133.

Stergiou, Dimitrios (2008) Ensino, in Airey, D. E J. Tribe (ed) (2008) *Educação Internacional em Turismo*, Senac, São Paulo, p. 383 – 399.

Tribe, J. (2008) *Turismo, conhecimento e currículo*, in: Airey, D. E J. Tribe (ed) (2008) *Educação Internacional em Turismo*, Senac, São Paulo, P. 77 – 94.